



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Docas de São Sebastião  
Conselho de Administração**

**ATA DE REUNIÃO**

**Nº do Processo:** 189.00000242/2023-10

**Interessado:** Conselho de Administração

**Assunto:** Ata Reunião Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião

**COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO  
CNPJ nº 09.062.893/0001-74  
NIRE nº 35.3.0034699-8**

**ATA DA 239ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM  
29 DE NOVEMBRO DE 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada aos 29 dias do mês de novembro de 2024, às 10h, de maneira virtual.

**2. Convocação:** Nos termos do Parágrafo primeiro do artigo 13 do Estatuto Social. Enviada via SEI Processo nº 189.00000048/2024-15 - Documento SEI nº 0046774830.

**3. Presença:** Presença dos membros do Conselho: Sr. Arthur Luis Pinho de Lima, Presidente do Conselho de Administração; Sr. Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio; Sra. Laís Vita Mercês Souza; Sra. Andressa Rosalém Vieira; Sra. Mariana Uchôa; Sr. José Geraldo Siqueira Vantine, Sr. Antonio Júlio Castiglioni Neto. Presentes o Sr. Vagner José Costa, Diretor de Administração e Finanças e Sra. Sidnéia Oliveira, Assessoria Jurídica. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Arthur Luis Pinho de Lima, Presidente do Conselho de Administração e secretariado pela Sra. Adriana Hortega Roque, Gerente de Relações Corporativas.

**4. Ordem do dia:**

**Item 1** - Apresentação do novo Conselheiro de Administração, Antonio Julio Castiglioni Neto (1º mandato), eleito em AGE realizada em 14/11/2024 - Relatoria Adriana Roque

**Item 2** - Movimentação Operacional do Porto de São Sebastião - SEI 189.00000282/2024-42 (acompanhamento) - Relatoria Ernesto Sampaio

**Item 3** - Andamento dos processos de contratação de serviços de apoio (acompanhamento) - Relatoria Ernesto Sampaio

**Item 4** - Arrendamento da área SSB-01 (acompanhamento) - Relatoria Ernesto Sampaio

**Item 5** - Contencioso Trabalhista CDSS (acompanhamento) - Relatoria Sidneia Oliveira

**Item 6** - TAC 070/2013 - SEI 189.00000256/2023-33 (acompanhamento) - Relatoria Sidneia Oliveira

**Item 7** - Imunidade tributária - SEI 189.00000134/2024-28 (acompanhamento) - Relatoria Sidneia Oliveira

**Item 8** - Auditoria Interna - Aprovação do Regimento Interno da Auditoria - SEI 189.00000303/2024-20 (deliberação) - Relatoria Orani Guida

**Item 9** - Informes Gerais.

**5. Deliberações:** O Presidente do Conselho de Administração iniciou os trabalhos registrando seus cumprimentos aos presentes. Em seguida, foi iniciada a exposição dos itens da Ordem do Dia, conforme segue:

**Item 1** - Apresentação do novo Conselheiro de Administração, Antonio Julio Castiglioni Neto (1º mandato), eleito em AGE realizada em 14/11/2024. Sra. Adriana informou sobre a realização da AGE, realizada em 14/11/2024, que alterou e consolidou o estatuto social e elegeu um novo membro do Conselho de Administração, Sr. Antonio Julio Castiglioni Neto. Sr. Julio apresentou-se ao Colegiado. O Presidente do Conselho desejou-lhe boas-vindas, enfatizando que conselheiro eleito deverá exercer suas funções com mandato coincidente com o dos demais, nos termos do estatuto social da empresa.

**Item 2 - Movimentação Operacional do Porto de São Sebastião** - Sr. Ernesto Sampaio iniciou a apresentação informando que até o dia 31 de outubro, o porto movimentou 1.286.555 toneladas, representando um aumento de 55,91% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse crescimento expressivo foi alcançado mantendo as mesmas condições operacionais, apesar da necessidade de reduzir o calado operacional devido a um processo de assoreamento do principal berço de atracação de navios. No início de 2025, será realizada uma dragagem de manutenção para corrigir essa situação.

Sr. Ernesto ressaltou que a eficiência operacional foi resultado de um trabalho conjunto com os operadores portuários, que passaram a operar com equipamentos mais modernos e a atender a novas exigências, como a operação aos domingos. Ressaltou, ainda, que o crescimento de 55% é um índice bem acima da média nacional, que gira entre 6% e 10% nos portos brasileiros. Sr. Júlio questionou se o aumento de movimentação era resultado de um fator conjuntural ou se se tratava de um crescimento sustentável, apontando se havia uma carga específica responsável por esse aumento. Sr. Ernesto explicou que a carga de açúcar a granel foi um dos principais fatores impulsionadores do crescimento. O porto começou a movimentar açúcar a granel no final de 2023, através de duas operadoras portuárias, e tende a ser uma carga a se consolidar.

Uma das operadoras portuárias adquiriu esteiras de transporte e um "*ship loader*", o que proporcionará um aumento ainda maior na eficiência, com a movimentação passando de 7.000 para 15.000 toneladas diárias. Ressaltou, no entanto, que, embora o porto esteja bem posicionado e tenha boas perspectivas de crescimento, é importante manter a cautela, pois as cargas podem ser redirecionadas para outros portos que eventualmente possam oferecer melhores condições operacionais, tarifárias ou cujos estados praticam incentivos fiscais. O porto também depende fortemente das condições climáticas, já que, com exceção do transporte de boi vivo, as cargas não podem ser expostas à chuva. O ano de 2024 foi relativamente favorável em termos de clima, com poucas paralisações, mas alertou para a possibilidade de mais chuvas em 2025 devido às características climáticas típicas do fenômeno "*La Niña*".

Sr. Ernesto destacou que o porto está bem preparado para enfrentar os desafios, com investimentos em infraestrutura, como a inauguração do contorno sul dos Tamoios e o credenciamento de um pátio de triagem de caminhões, o que deve melhorar ainda mais as condições operacionais.

Sr. Ernesto informou que a receita alcançou R\$ 48.007.209, o que representa um aumento de 27,37% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ele explicou que, embora tenha ocorrido um aumento na movimentação de mercadorias, a receita não acompanhou a mesma proporção, principalmente devido à origem das receitas, que estão ligadas principalmente à tabela 1 dos navios que atracam no Terminal da Transpetro, que não depende do aumento da movimentação de mercadorias pelo porto público.

A taxa de ocupação de berços alcançou 96%, com aumento de 37% em relação ao ano passado. O Sr. Ernesto explicou que a alta taxa de ocupação pode gerar uma fila de navios aguardando a atracação, o que representa uma desvantagem em relação a outros portos.

Sr. Vantine questionou a expectativa de fechamento do ano e a dependência do governo em 2025. Ernesto afirmou que a movimentação de cargas deve alcançar a marca de 1,4 milhão de toneladas. Quanto à dependência do governo, Sr. Ernesto explicou que, devido às dívidas trabalhistas de aproximadamente 14 milhões de reais, a empresa ainda dependerá de apoio governamental em 2025, mas espera que em 2026 a situação se equilibre.

**Item 3 - Andamento dos processos de contratação de serviços de apoio** - Sr. Ernesto informou sobre o andamento dos processos de contratação de serviços de apoio. A principal novidade em relação ao mês anterior é que foi iniciado o processo para contratar uma consultoria com o objetivo de obter a Declaração de Cumprimento da CONPORTOS. O termo de referência foi finalizado e algumas propostas foram recebidas, com o preço médio girando em torno de R\$ 312.000 e prazo de execução de cerca de 18 meses. Esta consultoria será um processo longo, que envolve a revisão do estudo de análise de risco, elaboração do plano de segurança portuária, realização de treinamentos, participação na fiscalização da CONPORTOS até a entrega da Declaração de Cumprimento. Ressaltou, ainda, que se trata de uma obrigação prevista no termo aditivo de prorrogação do convênio de delegação da União para o Estado de São Paulo.

**Item 4 - Arrendamento da área SSB-01** - Referente ao arrendamento da área SSB 01, Sr. Ernesto informou que a audiência pública permanece aberta e que foi realizada uma audiência virtual no dia 18 de novembro, conduzida pelo diretor relator da ANTAQ, o Almirante Lima Filho. Ele também informou que o prazo para as contribuições terminaria no dia 28 de novembro, mas a ANTAQ decidiu prorrogar a audiência pública até o dia 12 de dezembro. Sr. Ernesto enfatizou que, além das contribuições técnicas recebidas para aprimorar os cadernos temáticos do Estudo, houve também uma abordagem especial com a comunidade do Araçá, que expressou preocupações sobre o impacto do arrendamento. Ele relatou que foi realizada uma reunião com a comunidade no dia 5 de novembro, onde explicou que não haveria expansão física do Porto em direção à baía do Araçá, mas apenas a construção de um novo píer de atracação, sem impacto ambiental para a área. Sr. Ernesto destacou a importância de ter um diálogo transparente com a comunidade para esclarecer e reduzir as dúvidas. Em relação ao impacto social do projeto, foi ressaltado à comunidade que as ações socioambientais promovidas por uma empresa privada no Porto podem ser mais eficazes do que as realizadas por órgãos públicos, por haver mais agilidade e ainda devido à limitação orçamentária da CDSS. Sr. Ernesto relatou também que se reuniu com a procuradora do Ministério Público Federal, que exigiu uma garantia formal de que não haverá expansão para além da área já prevista no projeto. Também foi realizada uma reunião com 3 representantes da Comunidade do Araçá com representantes do Ministério dos Portos e Aeroportos, Diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias e a Presidente do Conselho da Autoridade Portuária, a fim de esclarecer as dúvidas da comunidade.

Sr. Vantine informou que a expansão do Porto sempre foi um tema sensível, principalmente devido à resistência de alguns setores da sociedade. Embora as comunidades não sejam o foco principal de resistência, existem organizações não governamentais (ONGs) que se opõem ao projeto.

O Sr. Ernesto informou que solicitou uma reunião com o Diretor Lima Filho da ANTAQ com os representantes da comunidade do Araçá, que foi agendada para o dia 2 de dezembro. Sobre as contribuições para os estudos, Sr. Ernesto informou que a CDSS vai apresentar novos números de projeção de demanda de movimentação de cargas, de tarifas adequadas para o arrendatário, e de “prancha” operacional atualmente praticada, a fim de aumentar as receitas do arrendatário e conseqüentemente tornar o empreendimento mais atraente, permitindo também maior arrecadação com a outorga variável para a CDSS.

**Item 5 - Contencioso Trabalhista CDSS** - Sra. Sidneia apresentou o passivo trabalhista, especificamente a dívida gerada pelos processos trabalhistas relacionados à Dersa, que representam cerca de 70% dos processos. Apresentou números e detalhes sobre o andamento das ações, informando que, atualmente, existem 67 processos em andamento, com valores adicionais ainda em risco. A dívida soma R\$ 7.338.000 até outubro de 2024, e a maioria dos processos estão em fase de execução ou aguardando julgamento para execução por precatórios. Parte das dívidas estão sendo pagas por meio de precatórios, e a Companhia já propôs parcelamentos para amenizar o impacto no orçamento. Sra. Sidneia explicou que a estratégia utilizada para os parcelamentos envolve o pagamento de 30% à vista, com o saldo restante dividido em 6 parcelas. Sr. Ernesto, destacou a importância de seguir com os pagamentos das dívidas trabalhistas até o final de 2026 e alertar que o processo de solicitação de recursos extras ao Governo Estadual não foi atendido, o que levou a Companhia a seguir utilizando recursos de custeio para efetuar os pagamentos. Ele também sugeriu que, se possível, fosse feito um esforço para reduzir ainda mais a dívida no próximo ano, de forma a evitar que o passivo trabalhista continuasse crescendo. Sr. Júlio quis discutir sua preocupação com a imprevisibilidade desses pagamentos e como isso pode afetar o planejamento da Companhia. Enfatizou a necessidade de resolver o passivo de forma definitiva, para evitar que o problema se repita no futuro. Sr. Vantine, sugeriu que o Jurídico poderia tentar antecipar acordos, oferecendo uma proposta de pagamento com desconto, algo que pode ser possível dependendo da governança interna da companhia. No entanto, o consenso foi que a Companhia tem feito um bom trabalho de gestão do passivo trabalhista, sem que novas ações trabalhistas surjam, e que a dívida vem sendo controlada. Sra. Mariana sugeriu buscar uma visão mais detalhada dos passivos herdados da Dersa e dos processos atuais relacionados aos concursados, para evitar cometer os mesmos erros do passado e para reduzir o passivo de forma mais eficaz. No entanto, a principal recomendação é que a Companhia continue acompanhando a evolução das dívidas trabalhistas e busque formas de reduzir a imprevisibilidade desses pagamentos para manter um controle financeiro mais claro e eficiente.

**Item 6 - TAC 070/2013** - Sra. Sidneia iniciou esclarecendo que no dia 5 de novembro, por meio de consultoria especializada, foi realizada uma reunião com a Procuradora do Ministério Público do Trabalho na tentativa de firmar um acordo e suspender o processo que havia sido judicializado. Contudo, na terça-feira subsequente, foi recebido um despacho negando a proposta e não apresentando qualquer contraproposta por parte da Procuradora. Como alternativa, a SAMMARCO sugeriu a diretoria a alternativa de despachar com o juiz, explicando a situação e ressaltando que a tentativa de acordo administrativo foi frustrada. Diante da tentativa de acordo não bem sucedida, será solicitado o julgamento antecipado, uma vez que o Ministério Público do Trabalho já apresentou contestação e a audiência está agendada para abril de 2025. Sra. Sidneia destacou ainda que, no caso de uma sentença desfavorável, a Companhia Docas poderá recorrer, e o escritório jurídico também avaliará a possibilidade de levar a questão ao STF, por meio de uma Reclamação Constitucional, uma vez que a terceirização de serviços, como vigilância, já foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal como viável tanto para atividade meio quanto para atividade fim.

**Item 7 - Imunidade tributária** - Sra. Sidneia informou que com relação a judicialização para tratar da Imunidade Tributária a SAMMARCO está trabalhando nesse processo e na próxima semana farão reunião para formalizar a judicialização.

**Item 8 - Auditoria Interna Aprovação do Regimento Interno da Auditoria** - Sr. Ernesto explicou

que a responsável pelo assunto, Sra. Orani, estava participando de um processo licitatório e, por esse motivo, não poderia apresentar o principal ponto das auditorias. Ernesto informou documentos relacionados foram encaminhados por meio do processo SEI e todos os Conselheiros tiveram acesso. A apresentação envolvia a aprovação do regimento interno de auditoria interna. Sr. Ernesto informou que não possuía conhecimento suficiente para fazer a apresentação e Sr. Arthur sugeriu que o item fosse retirado da pauta já que não tinha prazo, ficou para a próxima reunião do CONSAD.

**Item 9 - Informes gerais** - Sr. Arthur destacou a participação do Sr. Júlio que foi valiosa e trouxe informações relevantes, além de promover uma troca de experiências que foi muito importante para os Conselheiros.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura desta ata, que, após aprovada, foi assinada pelos Senhores Conselheiros.

São Sebastião, 29 de novembro de 2024

**ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA**  
Presidente do Conselho de Administração

**ALEXANDRE ERNESTO CORRÊA SAMPAIO**  
Conselheiro de Administração

**LAÍS VITA MERCÊS SOUZA**  
Conselheira de Administração

**ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA**  
Conselheira de Administração

**ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO**  
Conselheiro de Administração

**MARIANA UCHÔA**  
Conselheira de Administração

**JOSÉ GERALDO SIQUEIRA VANTINE**  
Conselheiro de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Luis Pinho de Lima, Secretário-Chefe da Casa Civil**, em 18/12/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ernesto Correa Sampaio, Diretor Presidente**, em 18/12/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Vita Mercês Souza, Secretária de Estado**, em 18/12/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Rosalém Vieira, Secretária Estadual de Desenvolvimento Social**, em 18/12/2024, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GERALDO SIQUEIRA VANTINE, Usuário Externo**, em 18/12/2024, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Julio Castiglioni Neto, Diretor-Presidente**, em 19/12/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Uchoa, Assistente Técnico Portuário I**, em 19/12/2024, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0050411375** e o código CRC **7C69A3BB**.

---